

SÃO ROQUE ENERGÉTICA S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024**

SÃO ROQUE ENERGÉTICA S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstração dos resultados

Demonstração dos resultados abrangentes

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
São Roque Energética S.A.
Florianópolis - SC

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **São Roque Energética S.A.** (“Companhia” ou “São Roque”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **São Roque Energética S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Avaliação de redução ao valor recuperável - ativo imobilizado (Nota 2.5 e 11)

O CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, exige que a Companhia avalie se há alguma indicação de que um ativo possa ter desvalorizado no exercício e se houver indicação é necessário estimar o valor recuperável do ativo não monetário (Imobilizado). Considerando que a Companhia vem apresentando prejuízos recorrentes, foi elaborado um estudo para avaliar a necessidade ou não de ajuste do valor contábil de seu ativo imobilizado.

Esses estudos foram realizados com base nas informações disponíveis e na melhor estimativa da Administração quanto à capacidade futura desses ativos gerarem benefícios econômicos futuros. A Companhia possui um contrato de concessão para exploração e produção de energia elétrica por meio da Usina Hidrelétrica (UHE) em suas dependências. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou avaliação interna do valor recuperável dos ativos relacionados à UHE com base no fluxo de caixa descontado e concluiu que não há necessidade de reconhecimento de ajuste de redução do valor recuperável.

Por estas razões, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Resposta da Auditoria sobre esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento do desenho e processos relevantes implementados pela Companhia sobre a avaliação de redução do valor recuperável do ativo imobilizado;
- Testamos os fluxos de caixa futuro e discutimos com a administração as premissas utilizadas na avaliação dos ativos (UGC);
- Avaliamos as premissas utilizadas pela administração na determinação das taxas aplicáveis aos fluxos futuros esperados e revisamos os cálculos efetuados pela administração;
- Revisão das políticas contábeis estabelecidas pela Companhia e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos razoáveis os critérios e políticas adotados pela administração para determinar se há necessidade ou não do reconhecimento de redução do valor recuperável do ativo imobilizado, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa n° 2.5 e 11, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Gerenciamento de capital - risco de liquidez de curto prazo (Nota 2.1.a)

Conforme Nota 2.1.a, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 20.868 mil em 31 de dezembro de 2024. A administração da Companhia possui expectativa, baseada em suas projeções de resultados e fluxos de caixa futuros para os próximos doze meses a partir da data do balanço, de continuar auferindo lucros operacionais. As projeções consideram determinadas premissas que são sensíveis às condições do cenário econômico e ambiental e, portanto, fora do controle da Companhia, como por exemplo, oscilações das taxas de juros.

A Companhia recebeu garantias formais do seu atual acionista controlador de que seguirá contando com seu suporte financeiro para honrar os compromissos.

Considerando que a utilização de diferentes premissas e julgamentos poderiam ocasionar em diferentes resultados e fluxos de caixa futuros, determinamos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Realizamos o entendimento das políticas de administração de risco de liquidez da Companhia e do processo de elaboração e aprovação das projeções de fluxo de caixa, bem como obtivemos explicações em relação às premissas relevantes;
- Testamos os fluxos de caixa para o período de doze meses e discutimos com a administração as premissas utilizadas;
- Avaliamos as premissas utilizadas pela administração na determinação das taxas aplicáveis aos fluxos futuros esperados e revisamos os cálculos efetuados pela administração;
- Analisamos os eventos subsequentes até a data de emissão deste relatório;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos razoáveis os critérios e políticas adotados pela administração assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 2.1.a, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram opinião sem modificação na data de 10 de abril de 2024.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São Paulo, 07 de abril de 2025.

São Roque Energética S.A.
CNPJ n.º 15.116.321/0001-23

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2024
(Valores em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.391	2.943
Caixa restrito	6	7.833	-
Concessionárias e permissionárias	7	9.290	-
Impostos a recuperar	8	227	2.572
Adiantamento a fornecedores	9	4.498	1.452
Despesas antecipadas		671	525
Outros		4	-
		28.914	7.492
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos diferidos	10	-	148.660
Despesas antecipadas e outros		87	21
Imobilizado			
Intangível	11	1.155.844	1.170.698
	12	30.537	31.814
		1.186.468	1.351.194
Total do ativo		1.215.382	1.358.686

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

São Roque Energética S.A.
CNPJ n.º 15.116.321/0001-23

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2024
(Valores em Milhares de Reais)

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	13	11.878	11.586
Financiamentos	14	-	274.177
Debêntures	14	7.150	-
Concessão a pagar	15	585	2.127
Obrigações tributárias	16	28.736	16.115
Encargos setoriais		1.150	1.086
Obrigações sociais e trabalhistas		282	228
Parcelamentos de tributos		-	91
		49.781	305.411
Não Circulante			
Antecipação de energia	17	4.798	10.754
Financiamentos	14	1.246.873	1.133.343
Debêntures	14	295.130	-
Provisão da unitização		-	363
Concessão a pagar	15	31.971	29.802
Provisão para contingências	18	758	5.755
		1.579.530	1.180.017
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	19	336.313	331.792
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	2.271
Prejuízos acumulados		(750.243)	(460.805)
		(413.930)	(126.742)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.215.382	1.358.686

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

São Roque Energética S.A.
CNPJ n.º 15.116.321/0001-23

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2024
(Valores em Milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita operacional líquida	21	89.968	98.994
Custos operacionais	22	(62.786)	(65.374)
Lucro Bruto		<u>27.182</u>	<u>33.620</u>
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	23	(16.028)	(10.704)
Outras receitas e outras despesas	24	(882)	10.505
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>10.272</u>	<u>33.421</u>
Receitas financeiras	25	621	548
Despesas financeiras	25	(151.671)	(170.469)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(140.777)</u>	<u>(136.500)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	26	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	26	(148.660)	-
Prejuízo do exercício		<u>(289.437)</u>	<u>(136.500)</u>
Quantidade de ações integralizadas		331.791.627	331.791.627
Prejuízo líquido por ação (em R\$)		(0,0009)	(0,0004)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

São Roque Energética S.A.
CNPJ n.º 15.116.321/0001-23

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2024
(Valores em Milhares de Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo do exercício	(289.437)	(136.500)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(289.437)</u></u>	<u><u>(136.500)</u></u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

São Roque Energética S.A.
CNPJ n.º 15.116.321/0001-23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024
(Valores em Milhares de Reais)

Mutações/Contas	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	265.000	(324.305)	41.500	(17.805)
Integralização de capital	66.792	-	(41.500)	25.292
Prejuízo líquido do exercício	-	(136.500)	-	(136.500)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	2.271	2.271
Saldos em 31 de dezembro de 2023	331.792	(460.805)	2.271	(126.742)
Integralização de capital	4.521	-	(2.271)	2.250
Prejuízo do exercício	-	(289.437)	-	(289.437)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	336.313	(750.242)	-	(413.929)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

São Roque Energética S.A.
CNPJ n.º 15.116.321/0001-23

Demonstração do Fluxo de Caixa em 31 dezembro de 2024
(Valores em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	24	(140.777)	(136.500)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas			
Depreciação e amortização	10	24.327	24.324
Juros incorridos e tarifa sobre financiamentos	13	148.616	168.122
Variação monetária do uso do bem público	14	627	530
Provisão para contingências		(4.996)	-
Concessionárias e permissionárias		(9.290)	-
Provisão da unitização		(363)	(18.961)
Aumento (redução) dos ativos			
Impostos a recuperar		2.345	(1.075)
Adiantamento a fornecedores		(3.046)	(912)
Despesas antecipadas		(215)	462
Caixa restrito		(7.833)	-
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	12	(4.846)	(6.299)
Antecipação de energia		(5.957)	(51.637)
Encargos setoriais		64	536
Obrigações sociais e trabalhistas		54	26
Obrigações tributárias		12.621	9.639
Parcelamentos de tributos		(91)	91
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		11.240	(11.652)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível	10 e 30	(3.067)	(94)
Baixa de imobilizado e intangível	11	8	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(3.059)	(94)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de debêntures	13	300.000	-
Amortização de financiamentos e debêntures	13	(253.912)	(15.000)
Despesas financeiras e juros pagos	13 e 30	(53.071)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	18	-	2.271
Aumento de capital em moeda corrente	18	2.250	25.292
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos		(4.733)	12.563
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		3.448	817
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.943	2.126
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		6.391	2.943

1. Contexto operacional

a. Objeto social

A São Roque Energética S.A. (“Companhia”), sociedade anônima, com sede em Florianópolis, estado de Santa Catarina, foi constituída como uma subsidiária integral da Desenvix Energias Renováveis S.A., em 26 de janeiro de 2012, com sede em Barueri. A Companhia tem como objeto social construir e explorar comercialmente a Usina Hidrelétrica São Roque, localizada no rio Canoas, nos municípios de Vargem e São José do Cerrito, no estado de Santa Catarina.

b. Concessão do direito de exploração da Usina Hidrelétrica São Roque

A Companhia é detentora da concessão para construção e exploração da Usina Hidrelétrica São Roque, arrematada pela Desenvix Energias Renováveis S.A., durante o Leilão nº 7/2011, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, em 20 de dezembro de 2011, com o objetivo de compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, com início de suprimento que estava previsto para janeiro de 2016.

Em 20 de agosto de 2012, a União (Poder Concedente), por meio do Contrato de Concessão nº 01/2012-MME-UHE São Roque, de uso do bem público para geração de energia elétrica sob o regime de produção independente de energia elétrica, concedeu à São Roque Energética S.A. (Concessionária), por um período de 35 anos, o direito de construir e explorar o potencial de energia elétrica da Usina Hidrelétrica São Roque, bem como das respectivas instalações de transmissão de interesse restrito à usina hidrelétrica.

A Usina tem uma potência instalada de 141,9 MW (megawatt) e a concessão possui o prazo de 35 anos, contado a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão.

Inicialmente a garantia física de energia da Usina, de acordo com a portaria SPE/MME nº 37 de 17 de novembro de 2011 era de 90,9 MW médios, após a completa motorização, sendo que neste total estão incluídos 13,5 MW médios relativos ao benefício indireto e considerados na última unidade. Em 08 de julho de 2016, conforme a portaria MME nº 108, foram definidos novos montantes de garantia física passando esta a ser de 91,3 MW médios. Em 13 de dezembro de 2023 foi publicada a portaria nº 2.697/SNTEP/MME, retificando a garantia física para 98,7 MW médios e tendo efeito retroativo à data de 21 de julho de 2022, data de Operação Comercial da primeira Unidade Geradora. Neste montante estão incluídos 14,9 MW médios relativos ao benefício indireto, que foi considerado na última unidade geradora.

Em 18 de outubro de 2012, a Companhia protocolou o pedido de anuência à ANEEL para a transferência de seu controle societário para o Fundo de Investimento em Participações Desenvix - FIP Desenvix. Em 14 de janeiro de 2013, através da Resolução Autorizativa nº 3.845/2013, tal anuência foi concedida.

Em 15 de julho de 2015, foi transferido integralmente o controle societário do Fundo de Investimento em Participação Desenvix – FIP Desenvix para a Nova Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (antigo Caixa Fundo de Investimento em Participação CEVIX), com anuência da ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 5140/2015. A construção da UHE São Roque foi iniciada em novembro de 2013 e foi executada através de contrato *EPC – Engineering, Procurement and Construction*.

Em 18 de outubro de 2019 a São Roque Energética participou do Leilão nº 4/2019 da ANEEL (A-6 de 2019), no qual comercializou 60 (sessenta) MW médios de sua garantia física, no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) a uma tarifa de R\$ 157,08/MWh, base outubro de 2019, com entrega prevista a partir de janeiro de 2025 e com prazo de suprimento de 30 (trinta) anos ou até o final da concessão, o que ocorrer antes.

Em 24 de novembro de 2020 realizou leilão no Ambiente de Contratação Livre (ACL) no qual vendeu 32 MW médios para entrega em 2022 e 33 MW médios para entrega em 2023, com tarifas médias de R\$ 182,57/MWh e R\$ 156,06/MWh, respectivamente, ambos os preços referidos de novembro/2020.

Em 30 de setembro de 2021 participou do Leilão de Energia Nova nº 8/2021 (A-5 de 2021) da ANEEL no qual comercializou 27,8 MW médios de sua garantia física, no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) a uma tarifa de R\$ 174,27/MWh, base setembro de 2021, com entrega prevista a partir de janeiro de 2026 e com prazo de suprimento de 25 (vinte e cinco) anos ou até o final da concessão, o que ocorrer antes.

A primeira unidade geradora da UHE São Roque entrou em operação comercial em julho/2022. A seguir estão apresentados os despachos do Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL que liberaram a operação comercial das três unidades geradoras:

- Unidade geradora 01: Despacho nº 1.939, de 20 de julho de 2022, liberou a operação comercial a partir de 21 de julho de 2022;
- Unidade geradora 02: Despacho nº 2.646, de 16 de setembro de 2022, liberou a operação comercial a partir de 19 de setembro de 2022;
- Unidade geradora 03: Despacho nº 2.063, de 29 de julho de 2022, liberou a operação comercial da UG a partir de 01 de agosto de 2022.

Em setembro de 2022 a São Roque recebeu o Certificado I-REC do Instituto Totum para comercialização de certificados I-REC (1 I-REC equivale a 1 MWh de energia gerada e injetada no sistema elétrico).

Em 02 de dezembro de 2022 a São Roque participou do Leilão de Energia Nova nº 7/2022 (A-2/2022) da ANEEL, no qual comercializou 30 MW médios no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) a uma tarifa de R\$ 131,00/MWh, base dezembro de 2022, com entrega a partir de janeiro de 2024 e com prazo de suprimento de 2 (dois) anos.

Em 26 de dezembro de 2022, foi celebrado o primeiro aditivo ao Contrato de Financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES e com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE.

Em maio de 2024, foi celebrada a emissão de debêntures incentivadas no valor de R\$ 300 milhões. Sendo a 1º (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, sendo a 1º (primeira) série da espécie com garantia real e a 2º (segunda) série da espécie subordinada, para distribuição pública.

2. Principais políticas contábeis aplicadas as demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações financeiras foram preparadas com o pressuposto de continuidade operacional.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 04 de abril de 2025.

a. Declaração de continuidade operacional

A administração da UHE São Roque reconhece a existência de elementos que, em uma análise isolada, poderiam indicar risco à continuidade operacional da Companhia. Tais elementos incluem: capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 20.868 (R\$ 297.918 em 31 de dezembro de 2023) e patrimônio líquido negativo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 413.930 (R\$ 126.742 em 31 de dezembro de 2023).

Entretanto, a administração, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, sustenta que a continuidade operacional da UHE São Roque não está ameaçada. A aparente preocupação com a liquidez, decorrente do capital circulante líquido negativo, é mitigada pela decisão estratégica de adesão ao parcelamento fiscal ordinário, conforme divulgado em nota nº 31 de evento subsequente. A geração de caixa operacional positiva em 2024, demonstra a capacidade da empresa de honrar seus compromissos financeiros, reforça a solidez operacional.

O plano de negócios da Companhia, demonstra a previsibilidade de caixa até o fim da concessão hidrelétrica. A previsibilidade de geração de caixa da UHE São Roque, decorrente da comercialização de 89% de sua garantia física no mercado regulado por acima de 22 anos contados de 31 de dezembro de 2024, e o endividamento com prazo médio superior a 12 anos. Os montantes de energia vendida, contratada, são: 93,15MWm em 2025, 91,30 MWm em 2026 e 87,80 MWm de 2027 até o final da concessão (não auditado).

O parágrafo primeiro da Cláusula Quarta do Contrato de Financiamento Mediante Abertura Crédito n.º14.2.0391.1 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES") prevê o perdão do subcrédito B, condicionado ao cumprimento dos pagamentos do subcrédito A. A escritura de emissão de debêntures na cláusula 4.12.2.1. estabelece o alongamento do serviço da dívida da segunda série em caso de indisponibilidade de recursos para honrar o pagamento das Debêntures, permitem à Companhia adequar-se para cumprir suas obrigações financeiras.

A administração, fundamentada nos princípios da continuidade operacional no futuro previsível, conforme estabelecido no CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e nas premissas de continuidade descritas acima, concluiu que não há incertezas relevantes relacionadas com eventos ou condições que possam gerar dúvidas significativas acerca da capacidade da entidade continuar em operação no futuro previsível.

Em caso de necessidade de caixa, a Companhia tem o suporte financeiro do seu controlador direto e do seu controlador final para cumprir os pagamentos no período de doze meses e para longo prazo.

2.2. Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros, no reconhecimento inicial, são classificados como: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os custos de transação debitados ao resultado do exercício. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de qualquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado) quando, e apenas quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa de ativo financeiro expiram;
- a Companhia transfere os direitos de receber fluxos de caixa do ativo financeiro;
- a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou
- a Companhia não transfere nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo ou grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável. A redução do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros é considerada apenas, e tão somente, se houver evidências objetivas resultantes de um ou mais eventos ocorridos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo, e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo ou grupo de ativos financeiros, os quais podem ser estimados com segurança.

O valor da redução é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido por meio do uso de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. A receita de juros é registrada nas demonstrações financeiras como parte das receitas financeiras. No caso de empréstimos ou investimentos mantidos até o vencimento com taxa de juros variável, a Companhia mensura a não recuperação com base no valor justo do instrumento adotando um preço de mercado observável. Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

b. Passivos financeiros

A Companhia define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

c. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

No balanço patrimonial, os saldos de caixa, compreendem os saldos positivos em conta corrente movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento.

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são compostos por caixa e equivalentes de caixa conforme definidos acima.

2.5. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo descontado o valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos da usina hidrelétrica estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/15, emitida pela ANEEL.

2.6. Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura construída pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições do CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, ICPC 01 – (R1), ICPC 17 e o OCPC 05 – referente a Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

2.7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos ao custo amortizado, líquido dos custos incorridos na transação. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.8. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

2.9. Concessões a pagar - Taxas regulamentares “Uso do Bem Público”

Corresponde aos valores estabelecidos no Contrato de Concessão para exploração do potencial de energia hidráulica, o qual é registrado pelo valor das retribuições ao poder concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico.

2.10. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são contabilizados como custos dos serviços de energia elétrica, e apurados pelo regime de competência.

- (i) **Programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D:** Em conformidade com a Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000, o art. 24 da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002, e o art. 12 da Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, as empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, dentre outras, devem aplicar, anualmente, o percentual de 1% de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - Programa de P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL. A Companhia apresenta o saldo de P&D nas demonstrações financeiras conforme sua expectativa de realização dos projetos e o respectivo saldo não utilizado é atualizado mensalmente pelos juros da taxa SELIC.
- (ii) **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** A compensação financeira, instituída pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, § 1o, e regulamentada pela Lei no 7.990/1989, corresponde à indenização aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. O artigo 3º, da Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016, determina que o valor a ser recolhido mensalmente corresponda a 7% da energia produzida no mês multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência (TAR), fixada pela ANEEL, a ser paga pelos concessionários de serviço de energia elétrica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizarem, instalações destinadas à sua produção de energia elétrica, ou que tenha áreas atingidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União.

2.11. Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

- (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

2.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou compensar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

2.13. Reconhecimento da receita

A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes.

O CPC 47, estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Para o cumprimento e reconhecimento da receita é definido:

- (i) Quantidades de energia por MWh anuais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes;
- (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato;
- (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados;
- (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

A receita operacional líquida é composta da receita de venda de energia, deduzida dos tributos, do programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D e da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, pois são calculados sobre a receita de venda de energia.

2.14. Apuração do resultado

Os resultados são registrados pelo regime de competência. As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam substancialmente os ganhos com aplicações financeiras, juros e variações monetárias. As despesas financeiras representam os encargos sobre financiamentos, os juros efetivos incorridos, e os demais encargos, despesas bancárias e outras transações financeiras.

2.15. Novas normas contábeis

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajadas pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC):

- Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade
- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros
- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza
- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras
- IFRS 19 – Benefícios aos Empregados
- IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade
- IFRS S2 - Divulgações relacionadas ao clima

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas antecipadamente.

A Companhia ainda não concluiu a avaliação dos impactos dessas novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis.

As seguintes alterações de normas contábeis são aplicáveis para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024:

- Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3 - As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB;
- Orientação Técnica OCPC nº 10 - A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 - Contempla as alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

A Companhia avaliou os impactos dessas alterações na preparação de suas demonstrações financeiras para exercícios 2024 e não identificou impactos relevantes.

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

a. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

A Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos, conforme CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, pelo menos uma vez ao ano, de acordo com as políticas apresentadas na nota 2.

O teste de provisão de ativos foi efetuado com base no valor em uso das unidades geradoras de caixa para fins de determinação nos fluxos de caixa líquidos de lucros operacionais gerados pelo ativo “Usina Hidrelétrica São Roque” (Imobilizado), e do Uso do Bem Público (UBP) registrado como intangível.

O teste de *Impairment* realizado pela Companhia, utilizou como premissas, a vida útil do ativo, o prazo de concessão de 35 anos, e fez o teste através do fluxo de caixa descontado.

Foram utilizadas no teste duas premissas para comparativo, em relação a taxa de desconto. Sendo uma delas através da taxa regulatória de remuneração do capital divulgada pelo despacho nº 894 de 21/03/2024 da ANEEL. E a segunda premissa, com a taxa calculada a partir do custo médio ponderado de capital.

Neste fluxo de caixa foram considerados todos os PPAs de compra e venda da Companhia, no mercado regulado e no mercado livre.

Os valores recuperáveis da unidade geradora de caixa UHE São Roque foi determinado com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

A Companhia concluiu que não foi apurado perda por redução do valor recuperável (*impairment*) uma vez que o valor recuperável da unidade geradora de caixa UHE SÃO ROQUE é maior do que o valor contábil em 31 de dezembro de 2024, não sendo necessário portanto nenhum ajuste de contabilização de perda.

b. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

É constituída com base na avaliação de risco, considerando que a probabilidade de ocorrer uma perda é maior que a de não ocorrer, conforme critério estabelecido pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda é embasada em relatórios preparados pelos assessores legais da Companhia conforme nota 2.

4. Gerenciamento de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, outras contas a pagar e fornecedores, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

a. Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos financeiros que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do patrimônio.

b. Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. A Companhia considera baixo o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras, as quais são consideradas pelo mercado como de primeira linha. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

c. Capitalização de juros incorridos sobre financiamentos

Conforme CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, a Companhia capitalizou os encargos financeiros vinculados aos financiamentos, sendo que esses juros são capitalizados até o momento da entrada em operação da Usina e realizados linearmente pela depreciação no período de sua vida útil.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a fundos de renda fixa e títulos de capitalização remunerados a taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Banco conta movimento	3.020	610
Aplicações financeiras	3.371	2.333
	<u>6.391</u>	<u>2.943</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Caixa restrito

Conforme determinado pelo contrato de escritura de emissão das debêntures. A Companhia deve transferir para conta reserva o valor de 1/6 a cada mês para pagamento das parcelas referente a amortização das debêntures.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Conta reserva debêntures	7.833	-
	<u>7.833</u>	<u>-</u>

7. Concessionárias e permissionárias

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Provisão de receita não faturada âmbito CCEE	491	-
Provisão de receita não faturada de curto prazo	8.799	-
	<u>9.290</u>	<u>-</u>

Saldo correspondente a geração de energia do mês de dezembro de 2024, cujas notas fiscais foram emitidas em janeiro de 2025.

O prazo médio de recebimento para a comercialização de energia referente a contratos realizados pelo Mercado Livre é de aproximadamente 10 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, já os contratos Regulados são de aproximadamente 20 a 45 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda. Os valores referentes a liquidação Financeira na CCEE são de aproximadamente 45 dias contados do primeiro dia do mês subsequente.

Não há títulos vencidos e provisionados como provisão para perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as políticas da Companhia.

8. Impostos a recuperar

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
IRRF sobre aplicação financeira	116	962
Crédito de Pis e Cofins	106	109
IR e CS pago a maior	-	974
Saldo negativo de IRPJ	3	485
Outros	1	42
	<u>227</u>	<u>2.572</u>

Os direitos decorrentes de tributos a recuperar ou compensar são mensurados de acordo com os documentos que demonstrem o crédito apurado.

9. Adiantamento a fornecedores

Saldo correspondente ao pagamento antecipado de medições de fornecedores ainda não emitidas no exercício social de 2024, com previsão de medição e faturamento no exercício social de 2025, em sua maioria fornecedor do contrato de O&M (Operação e Manutenção da Usina).

10. Impostos diferidos

A Companhia avalia, na data de cada balanço, revisa sua estimativa de recuperabilidade dos impostos diferidos. Para 31 de dezembro de 2024, em conformidade com o CPC 32 – Tributos sobre o lucro, a Companhia identificou a necessidade de desreconhecimento do ativo fiscal diferido, advindo do registro de prejuízos fiscais não utilizados, uma vez que, apesar da existência do crédito, a administração entende, que o horizonte de perdão de dívida em 15 de setembro de 2047, (conforme parágrafo primeiro da Cláusula Quarta do Contrato de Financiamento Mediante Abertura Crédito n.º14.2.0391.1 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES")) necessário para a utilização integral do ativo após o pagamento do subcrédito A do BNDES, não se enquadra no conceito de "futuro previsível" para fins de permanência no ativo diferido reconhecido no balanço patrimonial, mesmo com projeção fluxo de caixa futuro com resultado operacional positivo, para fins de análise de impairment (nota 3.a), as projeções demonstram que as despesas financeiras consomem o lucro operacional, de forma que ocorra prejuízo fiscal em vários anos, exceto em 2047 que considera a possibilidade do evento de perdão de dívida mencionado anteriormente.

A administração entende que o reconhecimento dos ativos fiscais diferidos no futuro, depende principalmente do pagamento total dos financiamentos em aberto. Contudo, visto a revisão das projeções e o longo horizonte para cumprir a liquidação total, não satisfaz a condição para manutenção do saldo. A revisão da estimativa que gerou a baixa contábil não implica na renúncia ao direito da UHE São Roque de utilizar os prejuízos fiscais acumulados para compensar lucros tributáveis futuros, em conformidade com a legislação fiscal vigente. A decisão reflete, portanto, uma revisão de estimativa baseada na interpretação das normas contábeis, sem impactar a capacidade da empresa de gerar caixa e honrar seus compromissos financeiros.

Com isso, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui um montante referente a diferenças temporárias de R\$ 2.898 (R\$ 262 em 31 de dezembro de 2023) e um montante referente a prejuízo fiscal e base negativa de R\$578.012 (R\$437.235 em 31 de dezembro de 2023) não reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Movimentação dos impostos diferidos

	2024	2023
Ativo fiscal diferido – 01 de janeiro	148.660	148.660
Reversão no exercício	(148.660)	-
Ativo fiscal diferido – 31 de dezembro	-	148.660
Despesa de Imposto de renda e contribuição social diferidos	(148.660)	-

11. Imobilizado

O imobilizado da Companhia, é formado pelos ativos operacionais tangíveis que compõem a unidade geradora de caixa UHE São Roque. A usina entrou em operação em 2022 e na ocasião a Companhia procedeu com a avaliação física e com a unitização dos valores contábeis dos ativos conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

A Companhia reconhece a depreciação dos ativos, em conformidade às taxas definidas pela Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL.

Conforme descrito na política, a Companhia procede anualmente com o teste de recuperabilidade dos ativos de acordo com seu valor em uso que é o valor presente de todos os fluxos de caixa futuros que o ativo irá gerar ao longo da vida útil até findar o prazo de concessão.

A Companhia concluiu que não foi apurado perda por redução do valor recuperável (*impairment*) uma vez que o valor recuperável da unidade geradora de caixa UHE SÃO ROQUE é maior do que o valor contábil em 31 de dezembro de 2024, não sendo necessário portanto nenhum ajuste de contabilização de perda, conforme nota 3 (a) - Redução ao valor recuperável (Impairment).

a. Imobilizado

Contas	Taxa média de depreciação	Depreciação		2024	2023
		Custos	acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	150.764	-	150.764	150.764
Terrenos (Aguardando Escrituração)	-	17.543	-	17.543	-
Reservatório, barragens e adutoras	2,39%	706.509	(34.363)	672.146	686.365
Edificações, obras civis e canteiro de obras	3,27%	55.665	(2.914)	52.751	53.957
Máquinas e equipamentos	3,67%	264.526	(18.362)	246.164	253.735
Veículos	14,29%	243	(77)	166	200
Móveis e utensílios	6,25%	4	(0)	4	1
Depósitos judiciais (*)	-	16.308	-	16.308	25.677
Totais		1.211.560	(55.716)	1.155.844	1.170.698

(*) Depósitos judiciais relacionados a processos de desapropriações de terrenos estão em andamento aguardando julgamento.

b. Movimentação do imobilizado

	2023	Adições	Baixas	Transferência entre contas	2024
Terrenos	150.764	-	-	-	150.764
Reservatório, barragens e adutoras	706.509	-	-	-	706.509
Edificações, obras civis e canteiro de obras	55.665	-	-	-	55.665
Máquinas e equipamentos	264.499	27	-	-	264.526
Veículos	243	-	-	-	243
Depósitos judiciais	25.676	-	-	(9.369)	16.307
Móveis e utensílios	1	3	-	-	4
Terrenos (Aguardando Escrituração)	-	8.174	-	9.369	17.543
	1.203.355	8.204	-	-	1.211.560

c. Movimentação da depreciação

	<u>2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2024</u>
Reservatório, barragens e adutoras	(20.144)	(14.219)	-	(34.363)
Edificações, obras civis e canteiro de obras	(1.708)	(1.206)	-	(2.914)
Máquinas e equipamentos	(10.763)	(7.599)	-	(18.362)
Veículos	(42)	(35)	-	(77)
	<u>(32.658)</u>	<u>(23.058)</u>	<u>-</u>	<u>(55.716)</u>

Indisponibilidade dos bens

De acordo com o artigo 19 do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1997, os bens e as instalações utilizados na produção de energia elétrica a partir do aproveitamento de potencial hidráulico, são vinculados a esses serviços, não podendo ser removidos ou alienados, sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador e fiscalizador do poder concedente.

Reconciliação do saldo do fluxo de caixa

Saldo do imobilizado em 31/12/2023	1.203.355
Adições de terrenos em parcelamento	5.138
Demais adições efetivamente pagas	3.067
Saldo do imobilizado em 31/12/2024	1.211.560

12. Intangível

O ativo intangível da Companhia é formado principalmente pelos valores da (UBP) Uso do Bem Público que se referem ao direito de exploração da concessão e são amortizados linearmente pelo período da concessão que se encerra em agosto de 2047.

A administração da Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável, conforme nota 3 (a) - Redução ao valor recuperável (Impairment).

Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para o cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão ao custo histórico, a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados ao valor novo de reposição.

São Roque Energética S.A.

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Composição do intangível

	Taxa média de amortização	Custo	Amortização acumulada	2024 Líquido	2023 Líquido
Uso do Bem Público (UBP)	4,32%	31.698	(3.159)	28.539	29.803
Servidão	-	1.738	-	1.738	1.738
Depósitos judiciais	-	247	-	247	255
Softwares	20%	26	(13)	13	19
		33.709	(3.172)	30.537	31.814

b. Movimentação do custo

	Movimentação do custo			
	2023	Adições	Baixas	2024
UBP - Uso do Bem Público	31.698	-	-	31.698
Servidão	1.738	-	-	1.738
Depósitos judiciais	255	-	(8)	247
Softwares	26	-	-	26
	33.717	-	(8)	33.709

c. Movimentação da amortização

	Movimentação da amortização			2024
	2023	Adições	Baixas	
UBP - Uso do Bem Público	(1.896)	(1.264)	-	(3.159)
Softwares	(7)	(5)	-	(13)
	(1.903)	(1.269)	-	(3.172)

13. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores de uso da rede elétrica - TUST (i)	1.848	2.714
Materiais e serviços	6.185	8.872
Fornecedores – acordos firmados a pagar	3.580	-
Outros	265	-
	11.878	11.586

- (i) Saldo referente a Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão conforme Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST da competência de dezembro de 2024, com faturamento e vencimento para o primeiro mês do próximo exercício social.

São Roque Energética S.A.

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reconciliação do saldo do fluxo de caixa

Saldo de fornecedores em 31/12/2023	11.586
Saldo de parcelamento de terrenos a pagar constituída em 2024	5.138
Saldo de pagamentos de fornecedores (saída de caixa)	(4.846)
Saldo de fornecedores em 31/12/2024	11.878

14. Financiamentos e Debêntures

<u>Agente financeiro</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
BNDES - sub A (direto)	IPCA+5,43% a.a	ago/47	613.596	557.726
BNDES - sub B (direto)	IPCA+5,43% a.a	ago/47	307.341	279.357
BRDE - sub A (repassé)	IPCA+5,43% a.a	ago/47	325.936	296.260
PCS II - Gestora Prisma Capital (CCB 373/21)	18,92% a.a.	jul/24	-	135.239
PCS II - Gestora Prisma Capital (CCB 602/21)	18,80% a.a.	jul/24	-	138.938
			1.246.873	1.407.520
		Circulante	-	274.177
		Não circulante	1.246.873	1.133.343

Todos os financiamentos acima foram para aplicação na construção da usina UHE São Roque.

Movimentação dos financiamentos 2024

<u>Agente financeiro</u>	<u>2023</u>	<u>Pagamento de principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>2024</u>
BNDES - sub A (direto)	557.726	-	55.870	-	613.596
BNDES - sub B (direto)	279.357	-	27.984	-	307.341
BRDE - sub A (repassé)	296.260	-	29.676	-	325.936
PCS II - Gestora Prisma Capital (CCB 373/21)	135.239	(125.215)	8.701	(18.725)	-
PCS II - Gestora Prisma Capital (CCB 602/21)	138.938	(128.697)	8.889	(19.130)	-
	1.407.520	(253.912)	131.120	(37.855)	1.246.873

Movimentação dos financiamentos 2023

Agente financeiro	2022 (Reapresentado)	Cessão	Encargos	Pagamento de juros	2023
BNDES - sub A (direto)	502.802	-	54.924	-	557.726
BNDES - sub B (direto)	251.846	-	27.511	-	279.357
BRDE - sub A (repasso)	267.084	-	29.176	-	296.260
BTG Pactual (CCB 373/21)	112.505	(125.215)	12.710	-	-
BTG Pactual (CCB 602/21)	120.161	(128.697)	23.536	(15.000)	-
PCS II - Gestora Prisma Capital (CCB 373/21)	-	125.215	10.024	-	135.239
PCS II - Gestora Prisma Capital (CCB 602/21)	-	128.697	10.241	-	138.938
	1.254.398	-	168.122	(15.000)	1.407.520

Para os financiamentos junto ao BNDES e BRDE, as garantias foram: penhor dos direitos emergentes da concessão e dos direitos creditórios, penhor de ações, cessão fiduciária de direitos.

De acordo com as cláusulas contratuais do aditivo ao contrato de financiamento com o BNDES/BRDE, se verificado o cumprimento integral de todas as obrigações financeiras estipuladas para o subcrédito "A", os valores decorrentes do subcrédito "B", acrescidos da sua atualização e dos encargos previstos, terão seu pagamento dispensado automaticamente em 2047.

Em maio de 2024, a Companhia celebrou termo de quitação dos financiamentos da PCS II que seu deu através da transferência de recursos imediatamente disponíveis para conta bancária de titularidade do Companhia no mesmo dia útil em que ocorreu a primeira integralização das Debêntures.

Em maio de 2024 a Companhia fez a emissão de debêntures incentivadas no valor de R\$ 300 milhões. Sendo a 1º (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, sendo a 1º (primeira) série da espécie com garantia real e a 2º (segunda) série da espécie subordinada, para distribuição pública.

Em outubro de 2024 a Companhia fez a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada, para colocação privada em favor do BNDES (debenturista) no valor de R\$ 1,00 (um real) e celebrou aditivos para os contratos de penhor das ações e da cessão fiduciária.

São Roque Energética S.A.

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do custo das debêntures

<u>Agente financeiro</u> <u>- Emissão na B3</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	2024	2023
Debêntures - 1ª Emissão - Série 1 - SRQE11	IPCA + 8.2548%	dez/36	177.181	-
Debêntures - 1ª Emissão - Série 2 - SRQE21	IPCA + 9.246%	dez/47	125.099	-
Debêntures - 2ª Emissão - Série única - SRQE12	Não tem correção R\$ 1,00		-	-
			302.280	-

Movimentação de custo das debêntures

<u>Agente financeiro - Emissão na B3</u>	2023	Captação	Custo de Transação a Amortizar	Encargos /Juros	Pagamento de juros	2024
Debêntures - 1ª Emissão - Série 1 - SRQE11	-	6.567	-	-	-	6.567
Debêntures - 1ª Emissão - Série 1 - SRQE11	-	173.433	(2.444)	-	-	170.989
Encargos - Debêntures - 1ª Emissão - Série 1 - SRQE11	-	-	-	9.953	(9.369)	584
Debêntures - 1ª Emissão - Série 2 - SRQE21	-	120.000	(3.403)	7.544	-	124.141
	-	300.000	(5.847)	17.497	(9.369)	302.281

Para as debêntures, as principais garantias foram: penhor dos direitos emergentes da concessão e dos direitos creditórios, penhor de ações, cessão fiduciária de direitos.

As principais vedações da Companhia, são: ceder, onerar, constituir penhor ou gravame, nem vincular, em favor de outro credor, os direitos cedidos.

Sem a prévia e expressa autorização dos credores, não realizar distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não firmar contratos de mútuo com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do Grupo Econômico a que pertença e/ou seus acionistas, inclusive adiantamentos para futuro aumento de capital, bem como não efetuar redução de seu capital social até a final liquidação de todas as obrigações assumidas., não alienar nem onerar bens de seu ativo não circulante.

Índice de Cobertura da Dívida

A Escritura de Emissão de Debêntures possui cláusulas que requerem que a Companhia mantenha, durante o período de amortização do contrato, o índice de cobertura do serviço da dívida anual de, no mínimo, 1,2 (uma vírgula dois).

O coeficiente é calculado dividindo-se o valor do fluxo de caixa líquido das operações pelo valor do serviço da dívida, de acordo com parâmetros preestabelecidos no contrato.

A Companhia acompanha as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras. Desta forma, em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados descumprimentos com as respectivas cláusulas.

15. Concessões a pagar

A UHE São Roque foi arrematada durante leilão de energia, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 20 de dezembro de 2011, pela Desenvix Energias Renováveis S.A., sendo o Contrato de Concessão para exploração do potencial elétrico firmado em 20 de agosto de 2012. O referido contrato de concessão estabelece dentre outros pontos, o pagamento pelo Uso do Bem Público, sendo:

- (i) A Companhia assumiu obrigação junto à União, a partir da data da Operação Comercial da Primeira Unidade Geradora da UHE, atestada pela fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, até o final da concessão (35 anos), parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 489 mil.
- (ii) O valor de pagamento pelo Uso do Bem Público é atualizado mensalmente utilizando-se o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE.

Movimentação da obrigação com a concessão

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>Encargos + tributos</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>2024</u>
Concessão UBP	31.929	1.610	(984)	32.556
	31.929	1.610	(984)	32.556

<u>Descrição</u>	<u>2022</u> <u>(Reapresentado)</u>	<u>Encargos</u> <u>+ tributos</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>2023</u>
Concessão UBP	31.399	1.476	(946)	31.929
	31.399	1.476	(946)	31.929

16. Obrigações tributárias

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
ISS a recolher	2.526	2.518
Retidos na Fonte (IRRF, CSRF, INSS)	1.557	1.602
IRPJ e CSLL	9.309	-
PIS a recolher	2.580	1.989
COFINS a recolher	11.970	9.204
INSS e FGTS a recolher	793	802
	<u>28.736</u>	<u>16.115</u>

A Companhia repactuou as obrigações tributárias de curto prazo referente aos impostos de Pis e Cofins, imposto de renda e contribuição social e retidos na fonte, para pagamento em 60 parcelas de R\$ 587 (quinhentos e oitenta e sete mil reais), sendo que a primeira parcela foi paga no ato da adesão do parcelamento, conforme divulgado em nota explicativa nº 31 – Eventos subsequentes.

17. Antecipação de contratos de compra e venda de energia

Durante o exercício de 2024, a Companhia negociou o recebimento financeiro antecipado de contratos de compra e venda de energia elétrica com uma comercializadora de energia. O período de fornecimento da energia negociado refere-se a obrigação de entrega de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 (6,36 MW médios – não auditado).

18. Provisão para contingências

A Companhia é parte de processos judiciais, de natureza cível e fiscal. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, conforme composição abaixo:

a. Composição da provisão para risco provável

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ação cível (i)	554	751
Ação de desapropriação (ii)	204	-
Ação de indenização (iii)	-	5.004
	<u>758</u>	<u>5.755</u>

(i) Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 554 (R\$ 751 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a ações cíveis de contratações.

(ii) Processos socioambientais

Em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 204 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023) corresponde a ações de desapropriações, impetradas por pessoas físicas e jurídicas, que alegam terem sido afetadas pela construção nas áreas do reservatório da usina UHE São Roque.

(iii) Processos regulatórios

Em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 0 (R\$ 5.004 em 31 de dezembro de 2023) corresponde a liminar para suspensão da cobrança dos Encargos do Uso do Sistema de Transmissão decorrentes do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (“CUST”) nº 15/2016, inclusive multas e encargos moratórios, desde junho/2016 até a entrada em operação da UHE São Roque. De acordo com o parecer dos assessores jurídicos da Companhia, a ação teve seu risco de perda alterado de provável para possível, porque em 2024 os autos tornaram-se conclusos para julgamento e em outubro de 2024 a Companhia juntou manifestação sobre precedente importante e recente do TRF-1. A Companhia obteve decisão judicial favorável sobre esta ação no exercício social subsequente, conforme divulgado em nota explicativa nº 31 – Eventos subsequentes.

b. Composição da provisão para risco possível

Em 31 de dezembro de 2024, as ações de risco de perda classificado pelos assessores jurídicos como possível totalizam o montante de R\$69.006 (R\$ 61.919 em 31 de dezembro de 2023) conforme segue:

• **Processos socioambientais**

Em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 301 (R\$ 230 em 31 de dezembro de 2023) corresponde a ações de desapropriações, impetradas por pessoas físicas e jurídicas, que alegam terem sido afetadas pela construção nas áreas do reservatório da usina UHE São Roque.

• **Processos tributários**

Em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 26.743 (R\$ 25.374 em 31 de dezembro de 2023) corresponde a ações tributárias de exigência de IOF, em que a Companhia foi incluída como responsável solidária do réu principal e ações de exigência do ISSQN incidente entre 2013 à 2016.

• **Processos cíveis**

Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 42.262 (R\$ 36.315 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a ações cíveis de contratações de fornecedores.

19. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Capital social

- (i) O capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 336.313 (trezentos e trinta e seis milhões e trezentos e treze mil reais) e em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 331.792 (trezentos e trinta e um milhões setecentos e noventa e dois mil reais). A Companhia tem único acionista direto o FIP Multiestratégia.

	Quantidade de ações	% Participa ção
Nova Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	336.313	100%

Em DEZ/2023 foi constituído o AFAC – adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 2.271 (dois milhões duzentos e setenta e um mil reais). Em JAN/2025 foi aprovado a integralização do capital social com o AFAC, mediante emissão de 2.271 (dois milhões e duzentos e setenta e um mil e cento e cinco) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em MAIO/2024 foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 2.250 (dois milhões e duzentos e cinquenta mil reais), mediante emissão de 2.250 (dois milhões e duzentos e cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. No decorrer de 2024, o aumento de capital social total foi de R\$ 4.521 (quatro milhões quinhentos e vinte e um mil reais).

20.Receita de operações com energia elétrica

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas de operação com energia elétrica	96.484	97.369
Operações de swap com cliente	-	5.863
Liquidação financeira – âmbito da CCEE	858	2.341
Liquidação financeira – âmbito da CCEE-MCSD	818	-
Venda de energia – Não faturada	9.290	11.008
Receita operacional bruta	107.450	116.581
Impostos incidentes sobre receita	(9.949)	(10.784)
Encargos do consumidor	(7.533)	(6.803)
Receita operacional líquida	<u>89.968</u>	<u>98.994</u>

Houve redução da receita operacional líquida do ano de 2023 para 2024 por causa dos contratos de pré-pagamento, conforme mencionado na nota explicativa 16. Os contratos que tiveram pré-pagamento tiveram os aditivos contratuais para 2024 com o valor unitário do MWh reduzido com relação a 2023.

21.Custos operacionais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
TUST - Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos Transmissão	(14.315)	(17.515)
Serviços prestados por terceiros	(15.836)	(11.261)
Compra de energia elétrica	(12.735)	(9.834)
Amortização e depreciação	(24.327)	(24.324)
Aluguel e seguros	(1.004)	(1.478)
Outros custos	(1.187)	(1.003)
(-) Crédito Pis/Cofins	6.619	1.904
Liquidação CCEE - ajustes	-	(1.863)
	<u>(62.786)</u>	<u>(65.374)</u>

Classificação dos custos por natureza

Custos operacionais	(20.431)	(28.312)
Custos com serviços prestados	(18.028)	(12.738)
Amortização e depreciação	(24.327)	(24.324)
	<u>(62.786)</u>	<u>(65.374)</u>

22.Despesas gerais e administrativas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Aluguel e seguros	(1.600)	(5.673)
Folha de pagamento, encargos e benefícios	(1.656)	(1.373)
Serviços prestados por terceiros	(2.436)	(3.178)
Taxas e tributos (i)	(9.414)	(31)
Outras despesas	(921)	(449)
	<u>(16.028)</u>	<u>(10.704)</u>

- (i) Despesa de tributos de imposto de renda e contribuição social oriundo da descaracterização de despesas de serviços dedutíveis e prescritos de exercícios anteriores.

Classificação das despesas por natureza

Despesas com pessoal	(1.656)	(1.373)
Despesas com serviços	(4.036)	(8.851)
Despesas gerais administrativas e com viagens	(921)	(449)
Despesas com taxas e tributos	(9.414)	(31)
	<u>(16.028)</u>	<u>(10.704)</u>

23.Outras receitas e outras despesas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Indenização	-	5.000
Tributos não recuperáveis	(1.003)	-
Outras receitas	122	63
Perdão de Dívida EPC (i)	-	5.445
Pis e Cofins sobre outras receitas	-	(4)
	<u>(881)</u>	<u>10.505</u>

- (i) Perdão de dívida do saldo do contrato de empreitada total, conforme nota 27 – Partes relacionadas.

24. Resultado financeiro

Receitas financeiras

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Venda de sucata	-	50
Outras receitas financeiras	121	345
Rendimento de aplicações financeiras	532	161
Pis e cofins	(32)	(8)
	<u>621</u>	<u>548</u>

Despesas financeiras

Multa, juros e encargos sobre financiamento	(131.120)	(168.122)
Multa, juros e encargos sobre Debêntures	(17.497)	-
Tarifas bancárias	(19)	(107)
Taxas e Juros	(3.034)	(2.240)
	<u>(151.671)</u>	<u>(170.469)</u>

25. Imposto de renda e contribuição social

(i) Conciliação entre alíquotas nominais e efetivas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(140.777)	(136.500)
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota nominal	47.864	46.410

Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL

Provisões de encargos regulatórios sobre pesquisa e desenvolvimento	272	272
Provisões de tributos sobre faturamento	859	792
Provisões para contingências	758	5
Perda com tributos não recuperáveis	1.003	-
Demais despesas não dedutíveis	6	-
(-) Reversão dos saldos das provisões não dedutíveis	-	(807)
IRPJ e CSLL diferido não reconhecido no exercício	(50.762)	(46.672)
Reversão de IRPJ e CSLL diferido	(148.660)	-
Despesa com Imposto de renda e contribuição social (b)	(148.660)	-
Corrente	-	-
Diferido	(148.660)	-
Alíquota efetiva (b/a)	105,60%	34,19%

(ii) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, apresentando a seguinte composição:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízos fiscais e bases negativas	578.012	437.235
Reversão de Créditos Fiscais Constituídos	(148.660)	-
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	199.422	148.660

O total de imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos nas Demonstrações financeiros é de R\$ 578.012 em 31 de dezembro de 2024 (437.235 em 31 de dezembro de 2023). E o total de diferenças temporárias é de R\$ 2.898 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 262 em 31 de dezembro de 2023).

26. Instrumentos financeiros

a. Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia divulga seus ativos e passivos financeiros a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo, os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações sobre o valor justo.

Especificamente quanto a essa divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização, que envolve os seguintes aspectos:

- Definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento;
- Hierarquização em 3 níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com inputs observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração.

A valorização em 3 níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia.

Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.;
- Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).; e
- Nível 3 - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

São Roque Energética S.A.

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo:

		31/12/2024		
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado:				
Aplicações financeiras	5	11.204	11.204	Nível 2
Concessionárias e permissionárias	6	9.290	9.290	Nível 2
		20.494	20.494	
Passivo financeiros				
Fornecedores	12	11.878	11.878	
Financiamentos	13	1.246.873	1.246.873	
Debêntures	13	302.280	-	
		1.561.032	1.258.751	
		31/12/2023		
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado:				
Aplicações financeiras	5			
Concessionárias e permissionárias	6	2.333	2.333	Nível 2
		-	-	Nível 2
		2.333	2.333	
Passivo financeiros				
Fornecedores	12			
Financiamentos	13	11.586	11.586	
Debêntures	13	1.407.521	1.407.521	
		-	-	
		1.419.107	1.419.107	

d. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (veja item “ii”);

- Risco de liquidez (veja item “iii”); e,
- Risco de mercado (veja item “iv”).

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco.

Também surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes.

Esse risco é avaliado pela Companhia como baixo, devido ao histórico de pagamentos de seus clientes e por ser uma atividade regulada.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não há contas a receber ou instrumentos financeiros para os quais são esperadas perdas ou com problemas de recuperação.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez, é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse e sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento, para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Em 31 de dezembro de 2024, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia possuem liquidez imediata ou carência inferior a 90 dias e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado, é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia, bem como as despesas financeiras decorrentes dos financiamentos, são afetados pelas variações das taxas de juros, tais como CDI e IPCA.

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros ativos e passivos indexados a taxas de juros e indicadores variáveis, fossem mantidos nesta data, e que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 12,15% a.a.; IGPM 6,54% a.a; IPCA 4,32% a.a). Conforme o cenário, os valores das respectivas receitas ou despesas financeiras em 2025 seriam os seguintes:

Instrumentos financeiros ativos – Aplicações Financeiras

Valor exposto	Risco	Provável I	CDI	
			Possível II	Possível III
			25%	50%
11.204	Redução da CDI	1.361	1.021	681

Instrumentos financeiros ativos – Financiamentos

Valor exposto	Risco	Provável I	IPCA	
			Possível II	Possível III
			25%	50%
1.246.873	Aumento do IPCA	53.865	40.399	26.932

Instrumentos financeiros ativos – Debêntures

Valor exposto	Risco	Provável I	IPCA	
			Possível II	Possível III
			25%	50%
302.280	Aumento do IPCA	13.059	9.794	6.529

(v) Risco de regulatório

Risco regulatório, é o risco de eventuais alterações na legislação ou na regulamentação imposta por órgãos governamentais, como Ministério de Minas e Energia (MME) e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que possam influenciar a competitividade dos ativos, o cumprimento de disposições contratuais, etc. A forma que a Companhia adota de mitigar esse risco é a atuação proativa no acompanhamento de discussões regulatórias.

(v) Risco hídrico

A UHE São Roque participa do MRE, o que mitiga sua exposição ao risco hidrológico específico do projeto. Caso não consiga honrar a energia comercializada, mas o MRE, sim, a exposição será valorada pela Taxa de Otimização do Sistema (TEO). Para reduzir sua exposição ao risco de baixos níveis de GSF, o projeto comprou energia por meio de PPAs.

27. Partes Relacionadas**(a) Remuneração da administração**

A remuneração da administração em 2024 foi de R\$ 387 (R\$ 345 em 2023), a remuneração total aos administradores da Companhia, referem-se a salários pagos aos diretores da Companhia, não tendo sido desembolsado qualquer montante referente a benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. As remunerações estão dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral Ordinária.

(b) Transações com partes relacionadas

Efeito no resultado:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Salários da administração	(387)	(345)
Perdão de dívida do contrato EPC (i)	-	5.445
	<u><u>(387)</u></u>	<u><u>5.100</u></u>

- (i) A Companhia recebeu perdão de dívida do saldo contratual de empreitada total no ano de 2023, pela construtora responsável pela construção da usina, que por ser uma empresa parte relacionada, dispensou este pagamento através do controlador final.

28. Seguros (não auditado)**Seguro garantia de responsabilidade civil geral**

Em 09 de agosto de 2024 foi celebrado com a seguradora CHUBB Seguros Brasil S.A a contratação da apólice de seguro garantia de Responsabilidade Civil Geral da São Roque Energética S.A., cujo objetivo é garantir até o limite máximo da Garantia da Apólice, com cobertura contratadas para: Operações; Empregador; Obras e/ou Prestação de Serviços de Montagem/Drenagem, Assistência Técnica, Instalação e Manutenção de Máquina, Equipamentos e Aparelhos em Geral; Danos causados a terceiros decorrentes de evento de poluição súbita e acidental - 72 horas; Cobertura para Barragens, Represas, Eclusas e/ou Diques; Custas Judiciais de Foro Civil e Danos Morais para as coberturas descritas anteriormente contratadas, ocorridos durante a vigência do seguro e cobertos por ela.

Seguro garantia de riscos operacionais (não auditado)

Em 09 de agosto de 2024, foi celebrado com a seguradora Tokio Marine Seguradora a contratação da apólice de seguro garantia de Riscos Operacionais da São Roque Energética S.A., cujo objetivo é garantir até o limite máximo da Garantia/Franquias da Apólice as coberturas referentes aos danos causados nos bens.

29. Compromissos assumidos

Em função do Contrato de Concessão celebrado com a ANEEL em 20 de agosto de 2012, a Companhia assumiu todas as responsabilidades e encargos relacionados com a elaboração dos projetos e execução das obras e serviços necessários para conclusão da UHE, devendo executá-los de acordo com as normas técnicas e exigências legais aplicáveis e de acordo com o cronograma físico apresentado à ANEEL assumindo todos e quaisquer ônus e responsabilidades pelos eventuais atrasos.

A Companhia é obrigada a aplicar anualmente o montante, mínimo de um por cento de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme os termos da Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000.

Os montantes de energia vendida, contratada, são: 93,15MWm em 2025, 91,30 MWm em 2026 e 87,80 MWm de 2027 até o final da concessão (não auditado).

30. Transações que não afetaram o caixa da Companhia

A Companhia realizou operações que afetaram as contas patrimoniais, porém não afetaram o caixa. A seguir demonstração dessas transações.

- a. Foram efetuadas aquisições de terras pela Companhia, que estão pendentes de escrituração, no montante de R\$ 17.542 (dezesete milhões e quinhentos e quarenta e dois mil reais). Deste montante, a Companhia já havia feito pagamentos através de depósitos judiciais no montante de R\$ 9.369 (nove milhões e trezentos e sessenta e nove mil reais) e realizou pagamentos no decorrer de 2024, no montante de R\$ 3.036 (três milhões e trinta e seis mil reais). Desta forma, o valor de R\$ 5.138 (cinco milhões e cento e trinta e oito mil reais) não afetou transações de caixa.

Reconciliação do saldo do fluxo de caixa

Saldo de fornecedores em 31/12/2023	11.586
Saldo de parcelamento de terrenos a pagar constituída em 2024	5.138
Saldo de pagamentos de fornecedores (saída de caixa)	(4.846)
Saldo de fornecedores em 31/12/2024	11.878

- b. Foram pagos custos com a transação da captação das debêntures no montante de R\$ 5.547 (cinco milhões e quinhentos e quarenta e sete mil reais) que foram transferidos para amortizar o passivo com as debêntures.

31.Eventos subsequentes

a. Obrigações tributárias

Em março de 2025, a Companhia fez adesão ao parcelamento simplificado nº 0211.00012.0041256590.25-69, referente aos impostos de Pis e Cofins, Imposto de renda e contribuição social e retidos na fonte, para pagamento em 60 parcelas de R\$ 587 (quinhentos e oitenta e sete mil reais), sendo que a primeira parcela foi paga no ato da adesão do parcelamento.

b. Sentença ação cível UBP - CUST

Em fevereiro de 2025, a Companhia recebeu a sentença da ação cível ajuizada em face da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a qual declarou inexigibilidade dos débitos cobrados referente aos Encargos do Uso do Sistema de Transmissão decorrentes do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST") nº 15/2016, inclusive multas e encargos moratórios, desde junho/2016 até a entrada em operação da UHE São Roque.

c. Reforma Tributária Brasileira

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS. A transição para o novo sistema começará em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

São Roque Energética S.A.

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A administração iniciará em 2025 as adequações necessárias para ajustar os processos às novas exigências e prazos requeridos; portanto, nenhum efeito relativo aos impactos da reforma tributária foi considerado para fins dessas demonstrações financeiras.

SUSANA
BARBOSA:05
430416975

Assinado de forma
digital por SUSANA
BARBOSA:05430416975
Dados: 2025.04.07
18:30:34 -03'00'

Susana Barbosa
CPF 054.304.169-75
Diretora

GABRIELLE DE
MATOS
PEREIRA:0816107
3600

Assinado de forma digital
por GABRIELLE DE MATOS
PEREIRA:08161073600
Dados: 2025.04.07
18:36:49 -03'00'

Gabrielle de Matos Pereira
CPF 081.610.736-00
Diretora

TUANY
CAROLINY
COSTA:0887
6535969

Assinado de forma
digital por TUANY
CAROLINY
COSTA:08876535969
Dados: 2025.04.07
18:55:57 -03'00'

Tuany Caroliny Costa
Contadora
CPF 088.765.359-69
CRC/SC 041736/O-8